



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Cássio Cunha Lima (4º à esq.), ao lado de Marta Suplicy, conduz o debate com Antonio Galvão Peres, Paulo Pereira da Silva, Hélio Zylberstajn, Maurício Godinho Delgado, Marlos Melek e Clemente Ganz Lúcio

## Reforma trabalhista divide opiniões em debate no Plenário

Para parte dos especialistas convidados, a proposta do governo moderniza as relações de trabalho; para outros, ela prejudica os empregados

O projeto de reforma trabalhista encaminhado pelo governo ao Congresso foi debatido ontem em sessão temática no Plenário. Os senadores discutiram com seis especialistas convidados, entre representantes da Justiça trabalhista, dos sindicatos, advogados,

economistas e sociólogos, que manifestaram visões discordantes. Os favoráveis à proposta — que já foi aprovada, com mudanças, pelos deputados — afirmaram que a reforma atualiza a Consolidação das Leis do Trabalho e consideraram positivo o fortalecimento das

negociações coletivas entre patrões e trabalhadores. Os convidados contrários disseram que o projeto enfraquece os empregados e favorece os empregadores e pode levar a uma redução gradual das garantias e proteções que a legislação atualmente dá ao trabalhador. **4 e 5**



Gerardo Magela/Agência Senado

Senador Ataídes, relator, fala em comissão presidida pelo deputado Zé Carlos

### Liberação das contas inativas do FGTS vai ser votada no Plenário

Aprovada ontem na comissão mista, a MP 763/2016, que autorizou o saque das contas inativas do FGTS até 31 de dezembro de 2015, será submetida aos

Plenários da Câmara e do Senado. O relator, Ataídes Oliveira, disse que a MP beneficia 20 milhões de pessoas e injeta cerca de R\$ 35 bilhões na economia. **3**

### Indicação de embaixadora para Irlanda é aprovada em comissão

A indicada para ocupar a embaixada do Brasil em Dublin, Eliana Zugaib, afirmou na Comissão de Relações Exteriores que o

Brexit levanta a possibilidade de reunificação das duas Irlandas. A comissão aprovou a indicação, que agora vai ao Plenário. **7**



Roque de Sá/Agência Senado

A diplomata Eliana Zugaib fala em sabatina, observada pelo senador Collor

**PEC do Senado sobre vaquejada passa em 1º turno na Câmara **8****

**MP do Fundo Penitenciário recebe aval de comissão mista **3****

**Acordos com países africanos serão votados pelos senadores **7****

**Valadares pede ajuda de Eunício para acelerar formação da CMO **7****

**TV Senado lembra história do senador Luiz Henrique, morto em 2015 **2****

**Governo sanciona lei que cria documento único de identidade **3****

### Audiência aponta esgotamento de recursos naturais

O consumo no planeta precisa tornar-se menos predatório, afirmaram participantes de audiência sobre o Dia Internacional da Mãe Terra, celebrado em 22 de

abril. Para eles, a economia baseada no consumismo exacerbado não é compatível com o planeta que as nações desejam para as futuras gerações. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

José Kinn Franco, Regina Sousa e Carlos Moura em audiência sobre a Mãe Terra na Comissão de Direitos Humanos

### Crise hídrica ameaça DF de colapso este ano, aponta audiência

Especialistas ouvidos pela Comissão Senado do Futuro ontem disseram que o Sistema do Descoberto, responsável por mais de 60% do abastecimento hídrico do Distrito Federal, precisa de obras emergenciais que captem água do Lago Paranoá, para não entrar em colapso este ano. A audiência debateu as restrições no abastecimento de água do país. **6**

# Consumo excessivo degrada o planeta, aponta audiência

Em debate sobre o Dia Internacional da Mãe Terra, participantes criticaram o modelo econômico atual, que esgota os recursos naturais, e defenderam a adoção de novo paradigma de produção e consumo

COMO PENSAR O futuro da Terra quando o consumo exacerbado é a principal variável a mover a economia do planeta? A questão foi levantada pelo professor Pedro Zuchi, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), em audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), ontem.

O tema em debate era o Dia Internacional da Mãe Terra, celebrado em 22 de abril, data escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU)

para assinalar a interdependência entre a vida humana e a preservação da natureza.

— É um dia de reflexão entre o modelo de consumismo exacerbado e o planeta que as nações desejam para as futuras gerações. Nossas principais relações estão envolvidas na transformação do ambiente em mercadoria, e deve haver preocupação sobre essa transformação. Não é pregar o não consumo, mas o consumo menos predatório — disse Zuchi.

A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), reforçou a

advertência do acadêmico ao observar que as pessoas costumam se preocupar muito com a economia, mas parecem não atentar para sua dependência da conservação do planeta:

— É preciso reconhecer nossa responsabilidade com o desenvolvimento sustentável.

O debate também foi uma oportunidade para ressaltar o alerta do papa Francisco na Encíclica Laudato Si pelos cuidados com a Terra. Ao comentar o texto, o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Carlos Moura, disse que a degradação humana está intimamente ligada à degradação da Terra.

O embaixador da Bolívia no Brasil, José Kinn Franco, apresentou documento lido pelo presidente boliviano, Evo Morales, em celebração da ONU pela data. Entre as dez propostas para a conservação da natureza contidas no texto, um dos destaques foi a defesa de um novo paradigma mundial de produção e consumo.



Regina Sousa preside debate com Pedro Zuchi (E), Kinn Franco e Carlos Moura

## Gladson comemora recuperação de rodovia no Acre

Gladson Cameli (PP-AC) comemorou a recuperação da BR-364, com preenchimento de asfalto em dez quilômetros.



Roque de Sá/Agência Senado

A rodovia liga Limeira, em São Paulo, até o município acriano de Rodrigues Alves.

Segundo ele, se não chover, as obras de restauração devem ser intensificadas a partir de 22 de maio. O senador também destacou que o Acre tem agora uma superintendência própria do Dnit.

## Lopes: dívida do Rio de Janeiro com BNDES será renegociada

Eduardo Lopes (PRB-RJ) anunciou anteontem que, por iniciativa do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, a dívida do município relativa à Olimpíada de 2016 será renegociada com o BNDES.



Roque de Sá/Agência Senado

— Ele [Crivella] já está fazendo a lição de casa, cortou secretarias e nomeações, está fazendo um governo de austeridade. Hoje [quarta-feira] chegou a mensagem de que o BNDES vai renegociar.

## Dário Berger lembra senador falecido Luiz Henrique

Dário Berger (PMDB-SC) lembrou, na quarta-feira, a morte do senador Luiz Henrique da Silveira, há um ano. Dário ressaltou que Luiz Henrique foi um administrador público corajoso e inovador.



Roque de Sá/Agência Senado

— Como governador de Santa Catarina, imprimiu marcas inconfundíveis, como a política de descentralização, o programa de interligação asfáltica e a construção de dezenas de centros e eventos.

## Para Chaves, Dia das Mães é data também de reflexão política

Pedro Chaves (PSC-MS) saudou o Dia das Mães, comemorado no domingo, e disse ter muito carinho e respeito pela data.



Jefferson Rudy/Agência Senado

— Trabalho com a ideia de que este é um dia de celebração, mas também de profunda reflexão política. O papel que a mulher cumpre na sociedade é muito importante. Provavelmente, ninguém consegue se aproximar tanto do conceito de solidariedade e amor como as mães.

## Raupp anuncia MP que suspende cobrança retroativa de Funrural

Valdir Raupp (PMDB-RO) anunciou que, nos próximos dias, o governo deve editar uma medida provisória para acabar com a exigência de cobrança de parcelas do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, o Funrural, que não foram pagas durante a suspensão da cobrança por medida liminar.



Jefferson Rudy/Agência Senado

A cobrança retroativa preocupa o setor produtivo, disse ele, lembrando que, com a MP, o valor não precisará ser pago.

## Wellington defende mais investimento no transporte aquaviário

Wellington Fagundes (PR-MT) afirmou ontem que o avanço do transporte aquaviário pode ajudar a resolver problemas do país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

De acordo com o senador, 61% da produção nacional é transportada por rodovias, 21% usam ferrovias e apenas 14%, hidrovias. Para ele, é preciso planejar o transporte do futuro, com os modais sendo complementares entre si, e não concorrentes.



John de Araújo/Agência Senado

Ativista venezuelana Lilian Tintori pediu ontem apoio do Senado contra medidas do governo Nicolás Maduro. Ela foi recebida pelo presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). O senador disse que o Brasil apoia o povo venezuelano.

## Deputados de RO pedem apoio para rádio e TV da assembleia

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu na quarta-feira o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e deputados da Assembleia Legislativa de Rondônia integrantes de comissão para a instalação da Rádio e da TV Assembleia.

Elas pediram o apoio do Senado para implantação dos veículos. Os parlamentares

querem firmar convênios com a Rádio e a TV Senado. Também pediram a liberação de recurso para a compra de equipamentos.

Raupp disse que Eunício foi receptivo ao pleito e vai conversar com as diretorias do Senado sobre o assunto.

Da Assessoria da Presidência do Senado

## TV Senado apresenta trajetória do senador Luiz Henrique

Novo programa da série *Histórias Contadas* trata da trajetória política do senador Luiz Henrique da Silveira.

Luiz Henrique nasceu em Blumenau (SC) e formou-se em direito. Em mais de quatro décadas de vida pública, foi deputado estadual e federal, ministro da Ciência e Tecnologia, prefeito de Joinville por três mandatos, governador

por dois e exercia seu primeiro mandato de senador quando foi vítima de infarto em 10 de maio de 2015.

Em três entrevistas entre 2013 e 2015, ele relembra fatos históricos que presenciou e comenta o cenário político.

**Histórias Contadas:**  
• amanhã, às 21h30  
• domingo, às 11h  
• segunda-feira, à 1h



TV Senado/Divulgação

Além de senador, Luiz Henrique foi deputado, governador, ministro e prefeito

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



# Comissão aprova MP que autoriza saque de contas inativas do FGTS

Medida tem o objetivo de injetar R\$ 35 bilhões na economia, favorecer o comércio e impulsionar a criação de novos empregos

A MEDIDA PROVISÓRIA que autoriza o saque de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi aprovada ontem pela comissão mista encarregada de analisá-la. Para os parlamentares, a iniciativa ajuda na recuperação da economia e no pagamento de dívidas. O texto agora segue para votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

A medida provisória (MP 763/2016) liberou o saque do dinheiro de contas do FGTS sem movimentações até 31 de dezembro de 2015. O texto também prevê a distribuição de parte do lucro do fundo com os trabalhadores e aumenta a rentabilidade da conta.



Relatório de Ataídes passou em comissão presidida pelo deputado Zé Carlos

O relator da MP, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), explicou que a iniciativa deve beneficiar 20 milhões de pessoas e injetar cerca de R\$ 35 bilhões na economia. Segundo o sena-

dor, esse dinheiro, que já está sendo liberado, tem ajudado na recuperação do comércio e pode impulsionar a criação de novos empregos.

— Essa avalanche de di-

neheiro do povo brasileiro, do trabalhador brasileiro, estava parado nos bancos. Evidentemente que esses R\$ 35 bilhões que serão injetados na economia vão gerar emprego. Porque esses bilhões vão gerar consumo, as indústrias vão ter que produzir mais e, produzindo mais, vão gerar emprego e renda ao trabalhador — disse.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que boa parte do dinheiro pode ser usado no pagamento de dívidas:

— Essa matéria é tão relevante para os trabalhadores, para o cidadão que tem a conta. Quantos já puderam pagar suas contas, limpar sua ficha, seu saldo devedor? Ela tem esse alcance social.

## Avança texto sobre recursos do Fundo Penitenciário

O relatório da Medida Provisória (MP) 755/2016, que transfere recursos do Fundo Penitenciário (Funpen) diretamente a estados e municípios, foi aprovado ontem na comissão mista responsável por avaliá-la. Agora a MP será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP foi editada no final de 2016, quando ocorreram rebeliões no sistema carcerário. De acordo com a medida, os recursos do Funpen serão repassados diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sem a necessidade de convênios, como acontece hoje.

O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), observou que a

medida é importante para a melhoria do sistema prisional.

— A crise do sistema prisional acontece nos estados. E, diferentemente do que acontece em áreas como saúde e educação, na questão da segurança,

o governo, historicamente, não tem sido parceiro, não tem compartilhado com os estados. A partir daqui a União passa a ter essa obrigação — disse.

A MP permite que os recursos do Funpen sejam aplicados

não apenas em reformas e construção de presídios, mas em manutenção de serviços, aquisição de materiais e equipamentos e instituição de programas de reinserção social dos presos. O percentual a ser destinado a cada área será definido de acordo com a necessidade dos estados.

— Isso deve ser analisado por cada estado. A realidade do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul. Como esses recursos serão passados fundo a fundo, na prática, que os estados definam esse percentual menor ou maior para a educação, para obra física e assim por diante, em função de cada estado — explicou Ferraço.



O presidente da comissão, deputado Moses Rodrigues, conversa com Ferraço

### Jorge Viana elogia depoimento de Lula ao juiz Sérgio Moro

Jorge Viana (PT-AC) relatou em Plenário que esteve em Curitiba para prestar solidariedade ao ex-presidente Lula, durante depoimento do ex-presidente ao juiz Sérgio Moro.

O senador disse que o ex-presidente tem sofrido uma “caçada”, mas a sociedade reage, colocando Lula como primeiro colocado nas pesquisas para a Presidência da República. Ele cumprimentou Moro por dar uma oportunidade de Lula se defender.

— Depois de muitas versões, de muitas agressões, de uma verdadeira perseguição, o presidente Lula pôde falar sem interrupção. E agora nós, brasileiros, estamos tendo a possibilidade de ouvir o posicionamento do ex-presidente.

### Justiça não vai se curvar a ameaças e “clima de circo”, afirma Caiado

Ao comentar o interrogatório do ex-presidente Lula em Curitiba, Ronaldo Caiado (DEM-GO) enalteceu a conduta do juiz Sérgio Moro e criticou a formação de um “clima de circo” na tentativa de intimidar a Justiça.

— A Justiça brasileira, assim como o Congresso, não vai se curvar a essas ameaças e muito menos a gestos que possam dizer que amanhã eles estejam acima da lei ou desconsiderando o cumprimento da lei.

O senador acusou Lula de enriquecer ilegalmente na Presidência e de criar um projeto de poder para influenciar todas as eleições na América Latina.

### Para Gleisi, não há provas contra petista no processo sobre triplex

Não há provas que incriminem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo em que é acusado de receber um triplex no Guarujá (SP) como propina, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A senadora afirmou que o depoimento de Lula foi claro e que ele não se negou a responder a nenhum questionamento.

Na opinião de Gleisi, o grande efetivo de policiais em torno do prédio da Justiça Federal de Curitiba durante o interrogatório foi uma “espetacularização” do caso.

— Nenhuma prova foi apresentada. Tudo o que se tinha eram inquirições e perguntas em cima de depoimentos, não de provas.

### Lindbergh defende antecipação de eleições gerais para este ano

Michel Temer completa hoje um ano na Presidência da República, lembrou Lindbergh Farias (PT-RJ). O senador afirmou que, depois do afastamento de Dilma Rousseff, o discurso da ética não existe mais e as promessas de retomada do crescimento da economia não se concretizaram.

— Num momento de crise como essa, o que a gente tinha que fazer é antecipar o processo eleitoral. Fazer eleições gerais, para deputado, senador, presidente. Agora, em outubro de 2017. E aí vamos à disputa: o PSDB lança seu candidato, o PMDB lança o seu, nós vamos lançar o nosso, porque só alguém com legitimidade popular pode tirar o país desta crise.

### Sancionada lei que cria documento único de identificação

Foi sancionada ontem a lei que institui a Identificação Civil Nacional (ICN). Criada para unificar os cerca de 20 documentos de identificação usados no Brasil e dificultar a falsificação, a lei só não substituiu passaporte e Carteira Nacional de Habilitação pelo novo documento.

A Justiça Eleitoral organizará uma base de dados com informações de identificação de todos os cidadãos, para uso de todos os órgãos governamentais.

Além de foto, o documento único conterá dados do cadastro biométrico que está sendo organizado pela Justiça Eleitoral por meio dos registros para o título de eleitor. Não será necessária a troca imediata do documento que ainda estiver válido.

— A identificação com um número único será extremamente positiva para coibir falsidades e permitir um acesso mais rápido e direto do cidadão em relação aos benefícios a que faz jus — disse o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Relator do projeto que deu origem à lei (PLC 19/2017) e que foi aprovado pelo Senado em 11 de abril, Anastasia afirmou ainda que o novo documento facilitará as relações entre o Poder Público e cada cidadão.

Para o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, as pessoas vão entender que este número será o mais confiável para a identificação.

Com Agência Brasil

# Sessão temática sobre reforma trabalhista mostra opiniões divididas

Para os especialistas convidados favoráveis à proposta do governo, fortalecimento das negociações entre patrão e empregado é positivo, enquanto os contrários temem o fim de garantias e proteções ao trabalhador

O PLENÁRIO DISCUTIU ontem o projeto de reforma trabalhista encaminhado pelo governo ao Congresso. Os senadores ouviram e questionaram seis especialistas convidados, que manifestaram visões discordantes.

Os favoráveis à proposta (PLC 38/2017) afirmaram que a reforma reconhece e enfrenta a forma “ultrapassada” da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e

promove “mais segurança jurídica” ao fortalecer as negociações coletivas entre trabalhadores e empregadores.

Os convidados contrários disseram que o projeto contém “equivocos impressionantes” que enfraquecem a posição dos trabalhadores frente aos patrões. Para eles, a reforma não vai modernizar a CLT, ao contrário, vai retroceder nos direitos que ela

garantiu. Eles acreditam que a proposta representa um “atalho” para, gradualmente, reduzir as garantias e proteções que a legislação dá ao trabalhador.

A sessão temática teve a colaboração das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Assuntos Sociais (CAS), duas das comissões favoráveis por emitir parecer sobre o projeto. Na terça-feira, ocorrerá novo debate em Plenário.



Hélio Zylberstajn discursa em Plenário para os senadores e a Mesa, composta por Galvão Peres, Paulo Pereira da Silva, Tasso Jereissati, Cássio Cunha Lima, Marta Suplicy, Maurício Delgado, Marlos Melek e Ganz Lúcio

## O caminho da proposta no Senado

A reforma trabalhista, que já está tramitando no Senado, passa por outra sessão temática de debates no Plenário na terça-feira, às 11h. Veja como a proposta será analisada depois pelos senadores.

- ✓ **Será avaliada em 3 comissões:**
  - CAE Comissão de Assuntos Econômicos
  - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
  - CAS Comissão de Assuntos Sociais

Depois será votada em **Plenário**. Votação em um turno, com aprovação por maioria simples favorável

- ✓ **Se aprovada** é enviada para sanção ou veto presidencial
- ↻ **Se alterada** volta para a Câmara para aprovação ou rejeição do novo texto
- ✗ **Se rejeitada** é arquivada



## Mudança vai gerar emprego, argumenta juiz do Trabalho

A reforma trabalhista, que modifica mais de 200 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pode atrair investimentos e gerar empregos, por dar segurança jurídica aos empregadores. A avaliação foi feita pelo juiz federal Marlos Melek, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9ª Região.

Após citar pesquisas indicando que as pequenas empresas respondem por cerca de 70% dos empregos gerados no Brasil, Melek afirmou que a atual CLT trata de forma igual os desiguais — ou seja, uma grande



empresa, como a Petrobras, está sujeita às mesmas imposições a que é submetida uma pequena oficina mecânica. Essa distorção, acrescentou, é enfrentada pela reforma trabalhista em tramitação no Senado.

O juiz considerou “discursos ideológicos” as críticas a suposta supressão de direitos fundamentais dos trabalhadores.

## Senado deve corrigir excessos da proposta, defende ministro do TST

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maurício Godinho Delgado criticou a proposta e disse que o Senado pode e deve corrigir os excessos e as desproporcionalidades do texto aprovado pela Câmara.

Segundo ele, se não retira automaticamente direitos dos trabalhadores, o projeto autoriza a retirada de forma inteligente e sagaz. O jurista explicou que a proposta retoma um tipo de poder individual do empregador próprio do Código Civil de 1916, já revogado.

— Não é mais o caso de apenas permitir a



redução de direitos por negociação coletiva. O projeto foi além. Foi ao extremo e deu poderes quase incontrastáveis ao empregador, como se fosse uma relação entre iguais, quando se trata de um contrato de adesão.

Ele fez duras críticas à jornada intermitente, que vai deixar, disse, o empregado numa espécie de servidão voluntária.

## Fim de imposto sindical obrigatório será desafio, afirma economista

Para o professor Hélio Zylberstajn, da USP, o grande desafio da reforma trabalhista será o fim da compulsoriedade da contribuição sindical. Mas ele acredita que isso pode fortalecer o movimento sindical, que considera fragmentado, incentivando fusões entre sindicatos.

O economista acredita que o fortalecimento da negociação coletiva, especialmente no “negociado sobre o legislado”, criará oportunidades para ganhos mútuos.

— Vai ser uma inovação importante, porque vai criar a oportunidade para



ganhos mútuos. Na medida em que se pode aplicar um direito trabalhista de uma forma diferente, os dois lados podem ganhar com isso — afirmou.

Ele também disse que a reforma vai ampliar e garantir o espaço da negociação, reduzir custos de transação e incertezas, modificar atitudes e, conseqüentemente, criar emprego.

## Paulinho da Força pede correção de “equivocos” do texto da Câmara

O Senado precisa mudar o projeto aprovado na Câmara para corrigir equívocos “impressionantes”, defendeu ontem o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), presidente da Força Sindical.

Apontou como exemplo a “onda” contra o movimento sindical, que enfraquece apenas os sindicatos de trabalhadores, que recebem R\$ 2,172 bilhões em 2016. Os patronais ficaram com R\$ 770 milhões e o Ministério do Trabalho, com R\$ 582 milhões. Ele criticou também outros pontos da reforma, como a jornada intermitente.



## Regras devem ser claras para evitar judicialização, diz professor

Senadores e deputados devem aproveitar a reforma trabalhista para estabelecer as regras “mais claras possíveis”, recomendou ontem o professor de direito do trabalho e advogado Antonio Galvão Peres para evitar que as relações de trabalho gerem judicialização excessiva. Disse que regras e normas bem definidas fortalecem o poder de negociação dos trabalhadores e dos sindicatos.

Peres criticou o que chamou de “ausência de racionalidade”, que estaria contaminando os debates sobre a reforma



trabalhista por envolver extremismos, o que compromete o diálogo mais sério e eficiente.

Ele afirmou que a reforma não retira direitos trabalhistas e dá mais poder de negociação para empregadores e trabalhadores. E criticou duramente a unicidade sindical e a contribuição obrigatória, instrumentos condenados pela OIT.

## Para Dieese, reforma vai desequilibrar relações de trabalho

O diretor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, afirmou que a reforma trabalhista vai desequilibrar as relações de trabalho, fragilizando ainda mais a situação do trabalhador. Ele frisou que o PLC 38/2017 não é resultado de um processo de negociação social, mas uma imposição.

Sociólogo, Ganz Lúcio ponderou a necessidade de redesenhar o sistema de trabalho de forma a facilitar a solução de conflitos, mas mantendo o equilíbrio entre a



legislação e os acordos firmados entre sindicatos e patrões. Do jeito que foi proposto, prosseguiu, ocorrerá um enfraquecimento dos sindicatos e a precarização das condições de trabalho.

— O projeto não pode ser um atalho para permitir que as empresas tenham legalizadas as inúmeras formas de trabalho precário.

## Senado não pode ser Casa carimbadora, afirma Marta Suplicy

Marta Suplicy (PMDB-SP) afirmou que o Senado não pode “ser uma Casa carimbadora” e tem o dever de aperfeiçoar a proposta.

— Vamos fazer, mesmo que seja difícil, o enfrentamento político, com a convicção de que é o melhor para o Brasil, para a dinâmica da economia.

A senadora mostrou-se preocupada com possibilidade de o projeto eliminar os 15 minutos de descanso garantidos hoje entre a jornada regular e o início das horas extras. O juiz do TRT Marlos Melek explicou que esses 15 minutos na prática só atrapalham a vida do trabalhador.

## Acesso de trabalhador pobre à Justiça preocupa Ferraço

Hoje, a CLT permite a concessão do benefício da Justiça gratuita a quem ganha até dois salários mínimos ou a quem declarar não estar em condições de pagar. Com a reforma, segundo Ricardo Ferraço (PSDB-ES), esse benefício poderá ser concedido pelos juízes apenas para aqueles que ganham até 40% do limite máximo de aposentadoria do INSS (R\$ 5.531,31) e àqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

— Inviabilizar o acesso da pessoa mais desprotegida à Justiça do Trabalho é muito perverso — afirmou.

## Texto proposto retroage décadas, avalia Paulo Rocha

Na opinião do senador Paulo Rocha (PT-PA), o projeto da reforma trabalhista retroage décadas ao eliminar avanços importantes que os trabalhadores conquistaram ao longo do século passado. Ele criticou o texto da Câmara e pediu que os senadores modifiquem a proposta para garantir a estrutura sindical e a proteção aos assalariados já consagradas na Constituição.

— Colocamos na Constituição avanços fundamentais que trazem equilíbrio [às relações de trabalho].

## Hélio José defende versão original enviada pelo governo Temer

Hélio José (PMDB-DF) disse que é favorável à proposta original enviada pelo governo, e não ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados. O projeto, disse o senador, chegou “desconfigurado” ao Senado e tem pontos que prejudicam os trabalhadores.

— Apoio o governo, mas não estou aqui para carimbar tudo. Ele criticou pontos incluídos no projeto, como a terceirização irrestrita, a retirada da homologação do sindicato na demissão, e o trabalho em locais insalubres e a relação entre trabalhador e patrão sem intermediação do sindicato.

## Para Paim, projeto é perverso e desumaniza relações de trabalho

O projeto de reforma trabalhista é ruim, perverso e desumaniza a relação entre empregado e empregador ao retirar direitos, enfraquecer sindicatos e priorizar o “negociado sobre o legislado”, disse Paulo Paim (PT-RS).

Para o senador, interesses privados podem ter influenciado o voto de alguns deputados. Paim garantiu que o Senado não será “apenas um carimbador” e que os senadores terão responsabilidade para debater a proposta e promover alterações.

## Lindbergh rejeita sugestão de MP para contemplar alterações

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou proposta que teria sido feita pelo presidente da República, Michel Temer, de editar uma medida provisória (MP) para atender a eventuais mudanças defendidas por senadores na reforma trabalhista. Dessa forma, o projeto da reforma, PLC 38/2017, não precisaria retornar para a Câmara.

— Não vamos aceitar que o governo rompa esse acordo de que o projeto passe por três comissões. Espero que este Senado tenha juízo.

## Regina Sousa acusa favorecimento aos empregadores

A reforma trabalhista “saiu da cabeça dos patrões”, afirmou Regina Sousa (PT-PI). A senadora apontou uma contradição no fato de “o governo propor uma reforma com dispositivos que permitem o trabalho escravo” e assinar o protocolo que atualiza Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), contra o trabalho forçado. Entre os dispositivos contrários aos trabalhadores na proposta de reforma, ela citou a possibilidade de redução de intervalos para refeições a 15 minutos e a permissão de grávidas e lactantes em ambientes insalubres.

## “Crueldade foi urdida por Satanás”, critica Roberto Requião

A reforma trabalhista não deve ser apenas rejeitada, ela tem que ser “exorcizada” pelo Congresso, disse Roberto Requião (PMDB-PR).

O senador se disse conivente das crueldades da proposta e afirmou que, ao texto, só falta sugerir que o trabalhador almoce e jante nas férias, para não interromper a jornada de trabalho. — Já falei sobre essa barbaridade e eu recomendo ao Plenário o exorcismo, não apenas a rejeição. Foi urdida por Satanás essa proposta.

## Gleisi lamenta pressa com que tema é debatido no Senado

A maneira como a reforma trabalhista vem sendo discutida no Senado foi alvo de reclamações de Gleisi Hoffmann (PT-PR).

— Estamos vendo na prática um regime de urgência. Não podemos ser mansos aqui, senão quem vai pagar a conta é o povo brasileiro. Vamos discutir à exaustão. A senadora afirmou que a reforma deveria começar por categorias que gozam de benefícios, como juizes, promotores, professores universitários e até políticos.

## Ataídes prevê redução da informalidade e retomada do emprego

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que a reforma trabalhista é necessária e que não aceita o discurso de que é coisa do demônio. Ele afirmou não ser verdade que o projeto tira direitos do trabalhador e disse que a retomada do emprego depende da reforma.

— A retomada do emprego no Brasil passa obrigatoriamente por essa reforma trabalhista. Com o trabalho intermitente, por exemplo, nós vamos trazer muita gente da informalidade. Ataídes também disse que é preciso acabar com as contribuições sociais pagas pelas empresas ao Sistema S.

## Viana diz que texto não pode ser aprovado “com rolo compressor”

O Senado precisa de mais tempo para analisar o PLC 38/2017, pois a reforma trabalhista não pode ser aprovada sem debate profundo, defendeu Jorge Viana (PT-AC).

A edição das leis trabalhistas completa 74 anos e, apesar da evolução ao longo dos anos, é evidente que pontos precisam de atualização, segundo Viana. No entanto, uma mudança de tal monta não pode ser discutida em uma semana em sessões especiais para depois ser aprovada “com rolo compressor” nas comissões.

Participantes de audiência defenderam necessidade de captação de água do Lago Paranoá com urgência para evitar colapso

# Crise hídrica no DF exige obra emergencial, dizem especialistas

SEM OBRAS EMERGENCIAIS, o Sistema Integrado do Rio Descoberto, responsável por mais de 60% do abastecimento de água do Distrito Federal, pode entrar em colapso neste ano. A conclusão é de representantes do governo e especialistas ouvidos ontem pela Comissão Senado do Futuro em uma audiência pública. O objetivo do debate era discutir as restrições no abastecimento de água no Distrito Federal e em outras cidades do Brasil.

O presidente da comissão, Hélio José (PMDB-DF), que pediu a audiência, tem criticado a decisão do governo do Distrito Federal de captar água do Lago Paranoá para amenizar o problema. Durante a audiência, ele lamentou o fato de a bancada federal não ter sido incluída na discussão sobre o tema. O senador disse que é preciso investir em obras definitivas, e não em uma solução provisória.

— Não era muito mais razoável juntar todos os esforços nossos para ajudar na construção e finalização da adutora de Corumbá 4, para que a gente tenha rapidamente a solução definitiva do problema, e não uma obra paliativa? A captação do Lago Paranoá, além de ser mais um elefante branco construído com os poucos recursos que temos, ainda coloca em risco um cartão postal do Distrito Federal — questionou.

Assessora de meio ambiente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), Raquel de Carvalho Brostel explicou que a obra para captação de água do Lago Paranoá já foi iniciada, no dia 8, e o começo da operação está previsto para outubro. Ela argumentou que a estimativa é de colapso no sistema ainda neste ano, caso não sejam concluídas as obras emergenciais.

— Se não tivermos obra pronta em outubro, provavelmente o Descoberto entra em colapso. Hoje a gente está chegando ao nível de 55%. Com o consumo, nós entraríamos em colapso em setembro ou outubro. A obra emergencial era emergencial mesmo. Nós precisávamos da captação do Paranoá e foi a solução encontrada — esclareceu.

## Situação alarmante

O professor Carlos Henrique Ribeiro Lima, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos da Universidade de Brasília (UnB), concorda



Hélio José, que pediu a realização da audiência pública, conduz debate com Fontoura, Mortari e Silva

que a situação é alarmante. Segundo o professor, o nível atual dos reservatórios é um dos menores, mesmo se comparado com os níveis de outros anos no final de setembro, ou seja, depois da seca. Para ele, no momento não há muitas alternativas melhores que o uso da água do Lago Paranoá.

Embora concordem com a emergência de uma solução, os especialistas divergem sobre a possibilidade de prever, com antecedência, a crise.

Diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), Diógenes Mortari explicou que, por maior que seja um reservatório, ele sempre vai depender da dinâmica de entrada e saída de água, que inclui as chuvas. No Distrito Federal, destacou, já são três anos com chuvas abaixo da média, o que aumentou o problema.

Presidente da Saneago, empresa responsável pelo abastecimento de água em Goiás, Jalles Fontoura alegou que a crise não atinge apenas o Distrito Federal, mas toda a Região Centro-Oeste. Entre as razões dessa crise no DF e cidades do Entorno, estão o crescimento demográfico, a ocupação desordenada e a degradação de áreas de preservação e nascentes, disse.

O professor da UnB concorda que houve uma diminuição drástica nas chuvas nos últimos anos, além de aumento na temperatura. Ainda assim, Lima disse que a situação vivida hoje já era prevista desde o ano 2000.

O presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Helvécio Ferreira da Silva, demonstrou preocupação com

o impacto da crise hídrica na saúde da população. Para ele, a falta de água é responsabilidade de todos. O clima do DF, lembrou, é conhecido do governo e o mau uso da água é responsabilidade também dos cidadãos.

O diretor da Adasa negou que tenha havido negligência no trato do problema. Mortari lembrou que a agência intensificou o monitoramento e emitiu, em 2016, várias regulações e medidas de controle, como o estabelecimento de limites para iniciar o regime de restrição no consumo. Além disso, citou ações do governo para conscientizar a sociedade sobre o tema.

## Providências

O presidente da Saneago alegou que a empresa está tomando providências, como a perfuração de poços profundos, ampliação e melhorias nos sistemas existentes e a continuidade da obra do Sistema Produtor Corumbá, que pode atender cidades do DF e do Entorno. Essa obra, explicou Fontoura, tem complexidade elevada, o que torna difícil a execução. A meta é atingir, na primeira etapa, 1,3 milhão de habitantes e, na segunda etapa, 2,9 milhões.

Tanto o diretor da Adasa quanto o professor da UnB veem na crise uma oportunidade de crescimento. Mortari disse que é hora de aumentar a transparência e fortalecer a relação com a sociedade, com educação para evitar o desperdício, por exemplo. Lima, por sua vez, lembrou que obras estruturais só costumam ser feitas em situações críticas, como a que está sendo vivida agora.

## Propostas da reforma trabalhista são da Idade Média, afirma Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a proposta de reforma trabalhista. Segundo o senador, a medida é uma ideia de “senhores da Idade Média que tentam impor uma legislação da Idade Média aos trabalhadores”.

O senador também disse que alertou sobre o que viria se o impeachment de Dilma Rousseff fosse concretizado: os investimentos da União seriam congelados, o reajuste das aposentadorias e pensões seria desvinculado do salário mínimo e a retomada das privatizações e concessões aconteceria rapidamente.

## Para Paim, desemprego deixa trabalhador em má posição para negociar

Paulo Paim (PT-RS) classificou de “desumana e cruel” a reforma trabalhista, afirmando que, se a proposta for mantida, agravará o conflito entre empregados e empregadores.

O senador condenou o dispositivo que autoriza o trabalho intermitente e sublinhou que os trabalhadores não estão em boa posição para negociar em um cenário de desemprego.

— Nós não aceitaremos que queiram aprovar isso correndo. Ninguém tem o direito de querer derrubar quase um século de construção de direitos do povo em dez dias.

**DÊ SUA OPINIÃO**

**Voto pode deixar de ser obrigatório, prevê nova PEC em tramitação**

Uma nova proposta de emenda à Constituição foi apresentada para acabar com a obrigatoriedade do voto. A PEC 18/2017, de Romero Jucá (PMDB-RR), mantém o alistamento eleitoral a partir dos 18 anos, mas permite que só vote quem quiser. A PEC aguarda designação de relator.

Qual a sua opinião sobre o projeto? **Vote em:** <http://bit.ly/PEC18-2017>

- Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidania](http://senado.leg.br/ecidania)
- Comente também na página do Senado no Facebook: [facebook.com/senadofederal](https://facebook.com/senadofederal)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Segundo diplomata, com Brexit, reunificação irlandesa volta à tona

Candidata a embaixadora na Irlanda afirma que a saída do Reino Unido da União Europeia desagradou a irlandeses do Norte

A PROPOSTA DE realização de plebiscito sobre a reunificação da Irlanda não deve ser descartada após a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia, disse ontem a diplomata Eliana Zugaib durante sua sabatina para o cargo de embaixadora brasileira em Dublin. Segundo ela, a possível aprovação da reunificação em plebiscito permitiria que a atual Irlanda do Norte — parte integrante do Reino Unido — continue na União Europeia.

Aprovada pela CRE, a indicação segue para o Plenário.

Durante a sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), diversos senadores fizeram perguntas sobre as consequências para a Irlanda da decisão tomada pelo Reino



Eliana responde a senadores em sabatina na Comissão de Relações Exteriores

Unido de sair da União Europeia, conhecida como Brexit.

Hélio José (PMDB-DF) comentou que visitou a Irlanda e a Irlanda do Norte dias após o resultado do referendo e percebeu um clima de apreensão e descontentamento entre os

norte-irlandeses, que votaram em sua maioria pela permanência no bloco europeu.

Ela informou que diariamente circulam nas fronteiras entre os dois países cerca de 30 mil pessoas, em razão de acordos no âmbito da UE. Também vigora entre os dois países um acordo segundo o qual a Irlanda pode ser reunificada “em caso de expressa manifestação por parte de suas populações”, possibilidade que retornou ao debate público com o Brexit.

— O que mais preocupa os irlandeses é o retorno de atos de violência por parte de grupos unionistas, porque não há um acordo de paz definitivo, o que existe é uma paz em suspenso — informou.

Eliana esclareceu que o Rei-

no Unido é o maior parceiro da Irlanda, mas a entrada do país na UE (em 1973) mudou os rumos do país, possibilitando uma grande diversificação em seus fluxos comerciais.

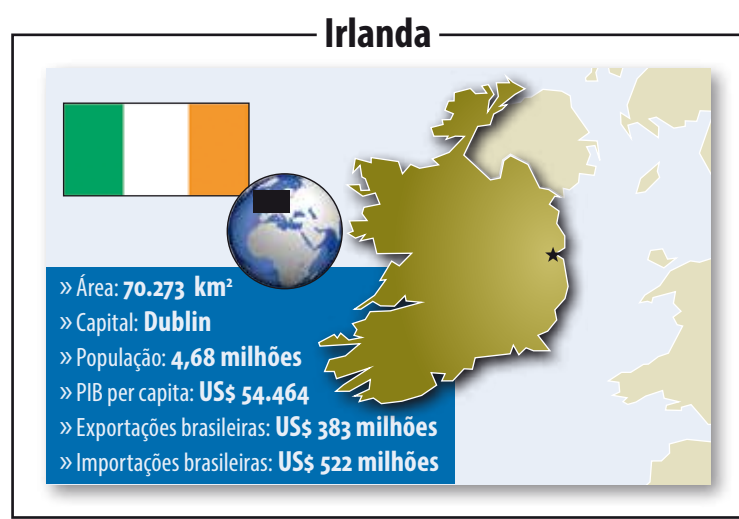
## Estudantes

Caso seja confirmada para Dublin, a diplomata já adiantou que uma de suas prioridades será fortalecer o intercâmbio com as universidades irlandesas, para que seja mantido na pós-graduação o grande fluxo de estudantes brasileiros que foram ao país pelo Programa Ciência sem Fronteiras.

Hoje mais de 10 mil brasileiros vivem na Irlanda, a maior comunidade não-europeia no país, com uma maioria de estudantes.

— As autoridades irlandesas priorizam o Brasil no intercâmbio científico de ponta, existe aí uma grande oportunidade para estudantes brasileiros — disse Eliana.

A diplomata reforça que o ganho se dá porque o modelo universitário irlandês é bastante voltado para a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de produtos, numa parceria forte com o setor privado, o que complementa a pesquisa mais teórica prevalente nas universidades brasileiras.



## Vão a Plenário acordos de cooperação com Angola e Moçambique

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem dois acordos assinados pelo governo brasileiro em 2015, visando facilitar investimentos e cooperação com duas nações africanas de língua portuguesa, Angola (PDS 1/2017) e Moçambique (PDS 2/2017). Os documentos serão agora analisados pelo Plenário.

Cada um dos acordos será gerido por um comitê conjunto, composto por representantes dos governos. Essas instâncias

terão como funções compartilhar oportunidades visando à expansão dos investimentos recíprocos, solicitar e acolher a participação do setor privado e da sociedade e resolver amigavelmente questões e controvérsias sobre investimentos de cada um dos países. Representantes de ONGs também poderão ser convidados a participar desses comitês.

Os acordos preveem a criação de pontos focais ou ombudsmen, que terão como função

primordial dar apoio aos investimentos da outra parte realizados em seu país. O Brasil estabeleceu seu ponto focal na Câmara de Comércio Exterior (Camex), enquanto Angola e Moçambique optaram por secretarias de comércio vinculadas a seus respectivos Ministérios de Relações Exteriores.

Os acordos também determinam que os investimentos não poderão ser expropriados ou nacionalizados, exceto em virtude de utilidade ou

interesse públicos, porém de maneira não discriminatória, com pagamento da efetiva indenização e seguindo o devido processo legal.

## Cultura

A CRE aprovou também acordos assinados pelo governo brasileiro de cooperação cultural com o Catar (PDS 34/2017) e Serra Leoa (PDS 17/2017) e de cooperação educacional com a Macedônia (PDS 7/2017).

## Energia eólica cresce e é fundamental no Nordeste, diz Muniz

Roberto Muniz (PP-BA) disse que o Brasil alcançou, nesta semana, 11 gigawatts de capacidade eólica instalada em 443 parques, com mais de 5 mil aerogeradores, conforme dados da Associação Brasileira de Energia Eólica. Ele defendeu antontem a retomada dos leilões para contratação de eólicas no Nordeste que, sem esse tipo de energia, estaria sem água e sem luz.

Disse que há potencial para gerar 500 gigawatts com as eólicas, a capacidade instalada equivale à usina de Belo Monte e a produção atual responde por 7,1% da matriz elétrica nacional.



Ana Volpe/Agência Senado

## Paim lê manifesto em apoio a proposta de Bresser-Pereira

Paulo Paim (PT-RS) leu antontem o manifesto inicial do Projeto Brasil Nação, movimento idealizado pelo economista e ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, com alternativas para que o desenvolvimento brasileiro se dê de maneira “viável e responsável”, com objetivo de diminuir a desigualdade e estabilizar a inflação.

Ele informou que assinam o manifesto personalidades como o ex-chanceler Celso Amorim, o músico Chico Buarque, o ator Wagner Moura, o escritor Raduan Nassar e o jurista Fábio Konder Comparato.

O texto defende bandeiras de desenvolvimento político, social e cultural.

## Hélio José cobra atualização na Lei Antidrogas

Hélio José (PMDB-DF) defendeu antontem no Plenário uma abordagem diferente para o problema das drogas.

De acordo com o senador, os números mostram que a atual Lei Antidrogas, de 2006, fracassou ao tentar mitigar o problema.

— Embora as alterações tentassem atenuar o excesso punitivo da legislação anterior, que previa pena de prisão para meros usuários, as suas inovações não transformaram substancialmente o problema, que reside essencialmente na falta de uma diferenciação clara entre usuários, pequenos e grandes traficantes.

## Valadares pede ação de Eunício na Comissão Mista de Orçamento

O presidente em exercício da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), pediu ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, que, como presidente também do Congresso, interceda para que o PMDB e o PSDB indiquem logo seus representantes na comissão.

Valadares disse que marcará para terça-feira uma

reunião com Eunício e os parlamentares já indicados à CMO se até lá não for fechado um acordo para a indicação do relator-geral da proposta orçamentária. Tanto o PMDB como o PSDB do Senado vêm obstruindo os trabalhos na CMO, onde a proposta tramitará a partir de agosto.

A obstrução está sendo feita por meio da não indicação de membros dos dois partidos.

A CMO foi instalada em 28 de março e ainda não elegeu a Mesa, que é composta pelo presidente e por três vices.

O PSDB não desistiu de indicar o relator-geral da proposta orçamentária de 2018. O partido busca um acordo para que o cargo seja ocupado pelo deputado Marcus Pestana (PSDB-MG). A reivindicação dos tucanos conta com apoio do líder do PMDB no Senado,

Renan Calheiros (AL).

O deputado Cacá Leão (PP-BA) foi indicado para a relatoria-geral do Orçamento por Valadares, decisão que foi criticada por PSDB e PMDB.

O porta-voz dos tucanos na CMO, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), disse que o partido insistirá em um entendimento com o PP para relatar o Orçamento.

Da Agência Câmara

# Avança proposta do Senado que torna vaquejada constitucional

PEC de Otto Alencar foi aprovada em primeiro turno pelos deputados. Se passar na segunda votação, texto derrubará entendimento do STF

A PROPOSTA DE emenda à Constituição do senador Otto Alencar (PSD-BA) que busca dar segurança jurídica para a prática da vaquejada (PEC 304/2017) foi aprovada em primeiro turno pelo Plenário da Câmara dos Deputados na noite de quarta-feira, por 366 votos a 50.

Misto de esporte e atividade cultural herdada de antigas técnicas do manejo do gado no sertão nordestino, a vaquejada consiste atualmente na derrubada de um boi pela cauda por dois cavaleiros e é praticada em pistas de areia espalhadas por todo o país.

Ao julgar inconstitucional a Lei 15.299/2013, do Ceará, que regulamentava a vaquejada, acrescentando-lhe procedimentos de segurança para os bois, o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou em outubro o juízo de que, mesmo com tais procedimentos, a atividade é cruel com os animais, entendimento que a PEC busca reverter.

Dependente ainda da aprovação em segundo turno, a proposta de Otto adiciona um parágrafo ao artigo 225 da Constituição para que não se classifiquem como cruéis as práticas esportivas com animais reconhecidas



Deputados comemoraram aprovação em primeiro turno da PEC 304, que derruba entendimento do STF contra vaquejada

na categoria de manifestações culturais, registradas como bens imateriais do patrimônio cultural brasileiro e regulamentadas por lei que assegure o bem-estar dos animais.

Ao se manifestar sobre a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) acatada pelo placar de 6 votos a 5 no STF, o relator, ministro Marco Aurélio, considerou que o dever de proteção do meio ambiente previsto na Constituição se sobrepõe aos valores culturais da atividade esportiva, previstos no artigo 215 da Constituição.

## Economia

O relator da PEC na comissão especial formada na Câmara para estudar a proposta, deputado Paulo Azi (DEM-BA), advertiu sobre o “prejuízo injustificável” decorrente da proibição da

vaquejada, a afetar não só a “cultura de um povo”, mas “toda uma cadeia produtiva”. Seria condenar, segundo Azi, “cidades e microrregiões ao vazio da noite para o dia”. O deputado citou números:

— A Associação Brasileira de Vaquejada relata que a atividade movimenta R\$ 600 milhões por ano, gera 120 mil empregos diretos e 600 mil indiretos. Cada prova de vaquejada mobiliza 270 profissionais, incluídos veterinários, juizes, inspetores, locutores, organizadores, seguranças, pessoal de apoio ao gado e de limpeza de instalações.

O relator da proposta, aprovada sobretudo com votos de deputados do Nordeste e do Norte, criticou o argumento de que a vaquejada representa maus-tratos aos animais.

— Ouvimos especialistas,

veterinários que nos trouxeram dados médicos. Existem provas científicas de que essas atividades em nenhum momento provocam maus-tratos.

Contrário à PEC, o líder da Rede, deputado Alessandro Molon (RJ), tentou retirar a proposta da pauta.

— O STF entendeu que deve prevalecer o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, porque trata-se de um direito que cuida de algo que diz respeito ao indivíduo, à sociedade e às futuras gerações e, por essa razão, declarou inconstitucional a vaquejada, pelo sofrimento que provoca nos animais — lembrou.

## Hipocrisia

Molon questionou ainda o ponto de vista de que a PEC contribui para preservar a cultura nordestina.

— Há uma série de práticas culturais que, ao longo do tempo, a sociedade foi entendendo como ultrapassadas — ponderou Molon, citando como exemplos a farra do boi em Santa Catarina e as rinhas ou brigas de galo.

A maioria dos deputados usou a tribuna para defender o texto.

— Esta PEC é para resguardar a história do país, a bravura do vaqueiro e do homem nordestino. E também para reavivar uma força econômica muito importante para o povo brasileiro — disse o deputado Danilo Forte (PSB-CE).

O deputado João Marcelo Souza (PMDB-MA) chamou de hipócritas os deputados que insistem na tese de maus-tratos:

— São deputados do Sul, do Sudeste, que nada entendem de vaquejada. Isso se chama hipocrisia. Vocês não conhecem a cultura do Nordeste. Nunca se quis fazer mal a animal nenhum.

Com Agência Câmara

Em Discussão! sobre vaquejada: [senado.leg.br/emdiscussao](http://senado.leg.br/emdiscussao)

## Projetos de lei dão à prática status de manifestação cultural

Estão em estudo no Senado projetos com o objetivo de completar o quadro legal composto pela PEC 304/17 e o PLC 24/2016, do deputado Capitão Augusto (PR-SP), que elevou a vaquejada e o rodeio, assim como suas respectivas expressões artístico-culturais, à categoria de “manifestações da cultura nacional” e de “patrimônio cultural imaterial”. Aprovado no Senado em 31 de outubro e sancionado em 30 de novembro, o projeto da Câmara foi convertido na Lei 13.364/2016.

Estão pendentes de votação os Projetos de Lei do Senado (PLSs) 377/2016, do senador Raimundo Lira (PMDB-PB), e 378/2016, de Eunício Oliveira (PMDB-CE).

O projeto de Eunício recebeu parecer favorável com três emendas do relator, Wilder Moraes (PP-GO), na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Categoriza a vaquejada como manifestação da cultura popular protegida

pela Constituição e a define como atividade recreativa ou competitiva, submetida a medidas de proteção à saúde e integridade física do público, dos vaqueiros e dos animais.

## Bem-estar

A proposta estabelece, por exemplo, que cada evento deverá contar com atendimento médico, presença de veterinário atuando como “árbitro de bem-estar”, transporte, acomodação e alimentação adequados para os animais, e seguros de vida e contra acidentes para os competidores.

— Devido às peculiaridades inerentes às provas, é importante que a lei discipline em todo o território nacional essa prática, de forma a preservar o bem-estar animal e proteger essa importante manifestação cultural — defende Eunício.

O projeto de Raimundo Lira também recebeu parecer favorável na CE, com quatro emendas do relator, Otto Alencar. Lira propõe o

reconhecimento da vaquejada como manifestação da cultura nacional, afirmando que a atividade encontra no passado a legitimidade para se reafirmar como prática cultural no presente, adaptando-se às transformações da sociedade.

— Reconhecer a vaquejada como manifestação da cultura nacional permitirá ao poder público implementar ações de compatibilização dessa prática à lei ambiental — justifica.

## Rodeio

As emendas do relator incluíram no projeto o rodeio e o laço como manifestações culturais nacionais e o conjunto delas como integrantes do Patrimônio Cultural Imaterial. Também definiram as atividades equestres que serão consideradas modalidades esportivas e tradicionais e exigiram a regulamentação das práticas com a determinação de regras para garantir o bem-estar dos animais.

## Rose pede atitude do governo sobre cobrança do Funrural

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impõe a cobrança retroativa do Funrural pode provocar prejuízos às atividades dos agricultores e pecuaristas, afirmou Rose de Freitas (PMDB-ES). A senadora explicou que o STF cassou a liminar que suspendia o tributo, obrigando os produtores rurais a pagar as parcelas em débito, com juros e multa, durante a vigência da suspensão da cobrança.

— Eu espero que o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, contribua para buscar soluções para ajudar os produtores.



Roque de STF/Agência Senado

## Gurgacz comemora ampliação do Instituto Federal de Rondônia

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou que hoje o ministro da Educação, Mendonça Filho, estará presente no início das obras de ampliação do Instituto Federal de Rondônia, em Jarú.

Segundo ele, a ampliação do instituto melhora a qualidade da mão de obra e incentiva o atual ciclo de desenvolvimento, com a geração de emprego e renda em diversos setores da economia local.

— Sempre cobrei de forma sistemática o aumento do investimento em educação em Rondônia.



Roque de STF/Agência Senado

## Lúcia Vânia elogia a criação de uma base curricular nacional

A participação da sociedade tem feito diferença na construção do texto da Base Nacional Comum Curricular, que está em elaboração pelo governo federal, afirmou Lúcia Vânia (PSB-GO).

— A educação básica brasileira precisa desse tipo de orientação. O documento é resultado de encontros de educadores e representantes da sociedade civil em todos os estados. O Ministério da Educação entregou em abril a terceira versão. As bases do ensino médio ficarão em um documento separado — discursou a senadora.



Jefferson Rudy/Agência Senado